
GUIA DO INVESTIDOR



AUDITORIA GERAL DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2017



Banco de Cabo Verde

ÍNDICE

<u>I. APRESENTAÇÃO</u>	3
<u>1. Quatro lições do Senhor Nepomucemo sobre o investimento em Valores Mobiliários</u>	4
<u>2. Valores Mobiliários</u>	7
<u>3. Outros Valores Mobiliários mais complexos e menos comuns</u>	14
<u>4. Rendibilidade e Risco</u>	21
<u>5. A AGMVM</u>	23
<u>6. Mercados de Valores Mobiliários</u>	29
<u>7. Investidores</u>	32
<u>8. Intermediários Financeiros</u>	35
<u>9. Fundos de Investimento</u>	37
<u>10. Informação e Emitentes de Valores Mobiliários</u>	41
<u>11. Ofertas Públicas</u>	45
<u>II. GLOSSÁRIO</u>	50
<u>III. LEGISLAÇÃO RELEVANTE</u>	55

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

I. APRESENTAÇÃO

O QUE É O GUIA DO INVESTIDOR?

O Guia do Investidor é uma publicação da Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM) que contém uma explicação sintética do funcionamento dos mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados e uma breve descrição dos seus principais intervenientes.

A QUEM SE DESTINA?

O Guia do Investidor destina-se a todas as pessoas que pretendam adquirir alguns conhecimentos sobre o funcionamento dos mercados de valores mobiliários e sobre os direitos e deveres que lhes assistem por investirem as suas poupanças em valores mobiliários ou noutros instrumentos financeiros.

QUEM CONSULTAR EM CASO DE DÚVIDA?

Se a leitura deste Guia suscitar alguma dúvida, poderá contactar a AGMVM, através dos números de telefone (+238) 2607000 ou (+238) 2607171, do Fax (+238) 2607079 ou através de correio electrónico, pelo endereço agmvm@bcv.cv.

Neste guia são indicadas as várias formas de contacto com a AGMVM.

APRESENTAÇÃO

LIÇÕES DO SENHOR
NEPOMUCEMO

VALORES
MOBILIÁRIOS

OUTROS VALORES
MOBILIÁRIOS

RENDIBILIDADE
E RISCO

AGMVM

MERCADOS

INVESTIDORES

INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS

FUNDOS DE
INVESTIMENTO

INFORMAÇÃO
E EMITENTES

OFERTAS
PÚBLICAS

1. QUATRO LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCENO SOBRE O INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Descerrado o testamento do Senhor Nepomuceno, umas poucas laudas deixavam a Maria da Graça algumas lições de vida sobre o investimento.

LIÇÃO 1

A APLICAÇÃO DAS POUPANÇAS

Se alguém aforra e faz poupanças, mais vale aplicá-las. Dinheiro parado, entesourado, é dinheiro ocioso. É bicado pela inflação, ou ganha asas e voa por sortilégio dos amigos do alheio.

Aplicar as poupanças significa dar-lhes o ensejo de se multiplicarem.

Muitos, a maioria talvez, entregam as poupanças ao banco. O banco retribui-lhes juro periódico. E o banco, assim provido de recursos, pode emprestar a outros, a famílias e empresas.

O banco intermedia o destina das poupanças. Recebe de um lado, empresta do outro.

Mas um aforrador também pode aplicar as poupanças, comprando valores mobiliários. Aí, ele veste a pele de um investidor na economia. Ao comprar valores mobiliários, quem aforra entrega as suas poupanças às empresas que delas precisam para investir, comprando as ações ou obrigações por ela emitidas.

As empresas, por seu lado, remuneram diretamente os aforradores, com dividendos ou juros.

O INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS

Um banco tem os braços abertos para quem deposita, mas espera-se que seja criterioso na escolha daqueles a quem empresta. E negocia e pede garantias a seu favor. Não basta alguém pedir dinheiro!

Mas no caso do investidor em valores mobiliários, cabe-lhe a ele escolher as empresas ou instituições a quem confia o seu dinheiro. A decisão é dele, pelo que se deve rodear de todas cautelas. É o seu dinheiro que está em causa.

Por isso o investidor, antes de adquirir valores mobiliários, tem de ter presentes duas ideias chave:

os seus objetivos de investimento e a adequação do investimento proposto a esses objetivos.

LIÇÃO 2

O SENHOR RISCO E A DONA RENDIBILIDADE

Os objetivos de cada um ao investir em valores mobiliários têm de ser realistas. Há dois factores a ter em conta, que são como dois irmãos siameses, inseparáveis: o risco e a rendibilidade esperadas relativamente ao investimento.

Quando um investimento promete uma elevada rendibilidade (uma anafada D. Rendibilidade), não raramente ele comporta um elevado risco (um gigante Senhor Risco). E pode perder-se tudo, quando se queria ganhar tudo.

Mas se nos batem à porta jurando um baixo risco (um Risco anão), o mais certo é que a rendibilidade do investimento não será grande (uma Rendibilidade que é tão só uma menina).

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

E se há alguém que promete altas rendibilidades e baixo risco, há que desconfiar duas vezes. E mais depressa devemos fugir ainda dos altos riscos e baixas rendibilidades.

Por isso, os objetivos de investimento têm de se conformar com a existência dos dois inseparáveis irmãos, o Senhor Risco e a D. Rendibilidade: queremos poupar para encarar melhor o futuro? Um investimento de baixo risco pode ser o mais adequado, ainda que a rendibilidade não seja grande. Queremos multiplicar mais rapidamente o nosso dinheiro? Então temos de perguntar se estamos dispostos correr alguns riscos e incorrer em algumas perdas.

LIÇÃO 3

INFORMA-TE E ACONSELHA-TE!

Inteirar-se dos riscos do investimento e da sua rendibilidade esperada é ler a informação disponibilizada sobre os valores mobiliários. Esses aspetos têm de estar bem explicados na informação (Prospeto ou outro documento informativo). Oferecido um investimento sem a respetiva informação, há que rejeitá-lo prontamente. Investimento no escuro, não. E a informação deve mencionar também se o seu conteúdo foi verificado ou aprovado pela AGMVM. Só assim se pode ter a certeza de que a informação está conforme à lei.

Podes igualmente procurar quem te dê conselho especializado em valores mobiliários. Mas não decidas com base no que te diz a família ou os amigos, que podem não saber mais do que tu. Não copies o que os outros fazem. Os intermediários financeiros (por exemplo, os bancos) conhecem melhor o mercado e estão legalmente obrigados a prestar conselho aos seus clientes. Fala com eles, mas tem cuidado: se só te aconselharem a comprar os seus produtos financeiros ou as suas ações, deves ser prudente.

LIÇÃO 4

DIVERSIFICA, SE PUDERES!

Se tiveres disponibilidade financeira para isso, diversifica os investimentos, ou seja, cria uma carteira de investimentos. Não coloques todos os ovos no mesmo cesto. Assim, se perderes dinheiro num investimento, é provável que o que ganhes noutro compense essa perda. A diversificação diminui o risco dos investimentos.

2. VALORES MOBILIÁRIOS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

O QUE SÃO VALORES MOBILIÁRIOS

Todos temos uma ideia do que são valores mobiliários, mas defini-los é mais difícil. Valores mobiliários são documentos emitidos por empresas ou outras entidades, em grande quantidade, que representam direitos e deveres, podendo ser comprados e vendidos, nomeadamente, na Bolsa.

Esses documentos podem, por exemplo, associar o investidor ao negócio da empresa (as ações), ou fazer do investidor um credor da empresa (obrigações).

Para as empresas que os emitem, representam uma forma de financiamento alternativa ao crédito bancário. Para os investidores, são um modo de aplicação de poupanças alternativo aos depósitos bancários e a outros produtos financeiros, que se caracteriza por oferecer níveis diferentes de risco e rentabilidade.

ASPECTO COM INTERESSE

Os documentos que representam os valores mobiliários podem ser títulos em papel (valores mobiliários titulados) ou registos informáticos semelhantes aos registos de dinheiro junto dos bancos (valores mobiliários escriturais). Estes últimos facilitam a circulação dos valores, são mais seguros e possibilitam um exercício mais eficiente dos direitos.

QUAIS SÃO OS VALORES MOBILIÁRIOS MAIS CONHECIDOS

Os valores mobiliários mais conhecidos são:

1. AÇÕES

São valores mobiliários que representam uma parcela do capital social de uma sociedade anónima. Ao adquirir ações, o investidor passa a ser sócio (“acionista”) da empresa, o que significa que tem acesso aos benefícios dessa empresa, mas também aos seus riscos. Os direitos do acionista variam em função do número e da categoria de ações detidas. Existem diversos tipos de ações, sendo as mais comuns as ações ordinárias.

DIREITOS QUE AS AÇÕES CONFEREM AOS INVESTIDORES

- A estar presente nas reuniões da Assembleia Geral e a votar, nas condições estipuladas no contrato da sociedade
- A ser informado sobre os negócios da sociedade, em determinadas condições
- A participar nos lucros da sociedade e a receber dividendos, na proporção das ações detidas
- A receber a quota de liquidação quando a sociedade seja extinta e na medida em que existam bens no seu património a distribuir após o pagamento de todos os credores
- A decidir quanto à preferência na subscrição de novas ações, quando da realização de aumentos de capital social por entradas em dinheiro

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Nos estatutos das sociedades podem encontrar-se outros direitos e deveres dos investidores, bem como, limitações ao exercício do direito de voto. Note que as sociedades com ações cotadas na bolsa são obrigadas a divulgar os seus estatutos no respectivo site na internet.

QUAL O VALOR DAS AÇÕES?

Avaliar uma ação consiste em determinar o seu preço justo, que deve refletir o valor da empresa. A cotação das ações num mercado de bolsa tende a aproximar-se do valor efetivo da empresa, na medida em que o preço incorpora toda a informação existente sobre a mesma.

ALERTA IMPORTANTE

Para que a negociação das ações em bolsa reflita o valor da empresa, é necessário que a ação seja líquida, ou seja, que haja um número elevado de transações, de forma tal que a cotação corresponda à perspetiva de um número variado de investidores, atuando na compra e na venda.

Diferentemente, o valor nominal das ações é o valor inscrito no título ou no registo e tem apenas relevância contabilística, correspondendo ao valor da entrada original do acionista que a subscreveu para a sociedade.

ASPECTO COM INTERESSE

A soma do valor nominal da totalidade das ações corresponde ao capital social da empresa. Pelo que não se deve confundir o valor de mercado das ações com o valor nominal.

2. OBRIGAÇÕES

Obrigações são valores mobiliários que representam uma parte de um empréstimo contraído por uma empresa ou entidade junto dos investidores.

Podem emitir obrigações as sociedades anónimas, as sociedades por quotas, o Estado, as autarquias locais e outras entidades (como as cooperativas).

Ter obrigações significa, portanto, ser credor de um emitente. Decorrido um determinado período, o investidor terá direito a receber o valor que inicialmente investiu (a não ser que a obrigação seja perpétua) e, periodicamente, receberá juros, se estes tiverem sido acordados.

Consoante os tipos de obrigações, são fixados, no momento da emissão:

- O valor nominal, que corresponde ao valor que será reembolsado no final do respectivo prazo. A este respeito, o valor nominal das obrigações é o valor inscrito no título ou no registo e corresponde ao montante do empréstimo que será restituído ao investidor no final do prazo.
- O prazo do empréstimo e, por conseguinte, a duração das obrigações;
- A existência e periodicidade do pagamento de juros;
- A taxa de juro aplicável (fixa ou variável).

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

ASPECTO COM INTERESSE

O investidor deve ter em atenção que o investimento em obrigações pode constituir uma alternativa aos depósitos bancários, em termos de rendibilidade, mas incorpora risco de crédito, ou seja, existe a possibilidade de o investidor não receber o valor investido e/ou os juros, se o emitente enfrentar dificuldades financeiras ou entrar em insolvência.

DIREITOS CONFERIDOS AOS DETENTORES DE OBRIGAÇÕES

- A receber um juro com a periodicidade fixada ou no fim do prazo de empréstimo, conforme o que tiver sido estabelecido no momento da emissão
- A ser informado sobre os negócios da sociedade, em determinadas condições
- A ter conhecimento das decisões dos acionistas e participar nas assembleias-gerais através da nomeação de um representante comum dos obrigacionistas
- A ser informado quanto ao andamento dos negócios da sociedade, através do representante comum dos obrigacionistas

COMO DETERMINAR O VALOR REAL DAS OBRIGAÇÕES?

Avaliar uma obrigação consiste em determinar o seu preço justo, que pode não coincidir com o seu valor nominal ou com o valor a que é comprada e vendida. O preço de uma obrigação deve corresponder ao valor atual dos rendimentos a gerar no futuro (soma dos juros periódicos e do reembolso), bem como às perspetivas dos investidores sobre a recuperabilidade do seu crédito sobre o emitente.

ASPECTO COM INTERESSE

Às vezes, nas bolsas de valores, algumas obrigações transacionam-se a um preço que incorpora um grande desconto em relação ao seu valor nominal. Isso pode significar que os investidores não confiam na capacidade da empresa reembolsar integralmente as obrigações, na data da maturidade.

3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO

Unidades de participação são valores mobiliários, sem valor nominal, que correspondem a uma das parcelas em que se divide o património de um fundo de investimento. A duração das unidades de participação deve ser equivalente ao prazo de duração do fundo.

No que respeita às unidades de participação dos fundos imobiliários abertos ou, ainda, na componente abertos dos fundos imobiliários mistos, podem existir **unidades de participação preferenciais** que se traduzem em unidades que oneram determinados prédios possuídos pelo fundo, correspondendo cada participação a uma percentagem fixa e invariável do valor de cada prédio.

A estas unidades estão associados determinados direitos especiais, tais como o direito de os seus titulares partilharem os rendimentos provenientes do prédio que oneram e o produto da sua alienação, no caso de liquidação do fundo.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

É também permitido, por unanimidade, e caso os titulares destas unidades onerem, em conjunto, a totalidade do prédio, requerer o seu resgate, quer em espécie, quer em dinheiro, mediante a venda do imóvel em questão.

Os fundos de investimento são organismos de investimento colectivo, constituídos pelas poupanças de vários investidores.

O conjunto dessas poupanças constitui um património dividido em partes iguais, com as mesmas características e sem valor nominal, designadas por unidades de participação.

COMO SE CALCULA E DIVULGA O VALOR DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO?

O valor da unidade de participação corresponde à divisão do valor total do património do fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor do património do fundo, por sua vez, é calculado, sempre que possível, a preços de mercado. Por exemplo, o valor de um fundo que investe em ações cotadas corresponderá, em determinada data, à cotação das ações que integram o seu património nessa mesma data.

O valor das unidades de participação é um elemento essencial à análise da evolução do fundo de investimento, no que respeita à rentabilidade e ao risco.

O valor da unidade de participação é calculado e divulgado pela entidade gestora do fundo e pode ser consultado junto da própria entidade gestora, das entidades que comercializam o fundo (normalmente os balcões dos bancos), e no item da AGMVM intitulado Mercado de Valores Mobiliários na Internet, em www.bcv.cv.

4. UNIDADES DE TITULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS

À semelhança das unidades de participação, as unidades de titularização são as parcelas em que se divide o património de um fundo de titularização de créditos, cujo valor nominal é definido no regulamento de gestão do fundo.

Podem existir unidades de titularização de diferentes categorias (que conferem direitos iguais entre si mas diferentes das demais), por exemplo, de acordo com o grau de preferência no pagamento dos rendimentos periódicos ou no reembolso do valor nominal.

Os fundos de titularização de créditos são organismos de investimento colectivo tal como os fundos de investimento, constituídos pelas poupanças de vários investidores, cujo património é composto por créditos.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

5. TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

Títulos de participação são valores mobiliários tendencialmente perpétuos, que conferem direito a uma remuneração com duas componentes: uma fixa e outra variável, ambas determinadas sobre uma percentagem do valor nominal do título de participação.

Os títulos de participação podem ser emitidos por empresas públicas e por sociedades anónimas detidas maioritariamente pelo Estado.

O valor nominal dos títulos de participação é o valor inscrito no título ou no registo, que corresponde ao montante do empréstimo e só excepcionalmente será restituído ao investidor, servindo de base ao cálculo da remuneração fixa e variável.

ALERTA IMPORTANTE

Os títulos de participação só são reembolsáveis se as entidades que os emitem o decidirem, mas nunca antes de terem decorridos 10 anos desde a sua emissão, ou se essas entidades entrarem em falência.

Ainda, detêm características de ação (sem prioridade em caso de falência e alguma remuneração residual) e de obrigação (remuneração elegível como custo fiscal e sem direito de voto).

DIREITOS	• Receber uma remuneração anual, composta pela parte fixa e pela parte variável
CONFERIDOS	• Tomar conhecimento dos negócios das entidades que os emitem, nos mesmos termos previstos para os acionistas
AOS	• Reunir e deliberar em assembleia de detentores de títulos de participação para apreciar assuntos de interesse comum
DETENTORES	• Eleger um representante comum dos detentores de títulos de participação, que os representa perante a sociedade
DE TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	

6. DIREITOS DESTACADOS DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Alguns valores mobiliários conferem direitos que podem ser destacados e negociados separadamente, por exemplo, em bolsa. Estes direitos destacados são valores mobiliários e têm como principal característica o prazo de duração muito curto.

São direitos destacados, por exemplo, os direitos de subscrição e os direitos de incorporação.

DIREITOS DE SUBSCRIÇÃO: Quando as sociedades decidem aumentar o capital social através da emissão de novas ações, os investidores que já detenham ações dessa sociedade terão, em regra, preferência na compra das que serão emitidas.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

ALERTA IMPORTANTE

Os investidores que tenham ações de uma sociedade que decidiu aumentar o seu capital devem estar atentos à informação publicada ou comunicada pelo emitente, para que possam exercer os direitos de subscrição ou optar pela sua venda em bolsa. Se não o fizerem, perderão qualquer valor que corresponda a esses direitos.

Das ações existentes são destacados novos valores mobiliários, chamados direitos de subscrição. Estes valores mobiliários são negociados separadamente das ações, normalmente durante um mês, e conferem aos investidores o direito a subscrever novas ações da sociedade, ao preço que for fixado na deliberação de emissão. No fim do período em que podem ser negociados ou exercidos, os direitos de subscrição caducam, deixando de existir.

No caso da subscrição de obrigações, os detentores são considerados credores da empresa e são pagos, na proporção que lhes couber, pelo preço e no prazo pré-estabelecidos pela empresa.

DIREITOS DE INCORPORAÇÃO: Todas as empresas podem destinar anualmente uma parte dos lucros para constituição de reservas, devendo a reserva atingir pelo menos 1/5 do capital social. Essa reserva pode ser incorporada no capital social, dando lugar à emissão de novas ações e à atribuição de “direitos de incorporação” aos acionistas.

Ao contrário do que sucede nos direitos de subscrição, nos direitos de incorporação o titular não tem de pagar para receber as ações.

Os direitos de incorporação podem, nalgumas situações, ser negociados autonomamente.

APRESENTAÇÃO

LIÇÕES DO SENHOR
NEPOMUCEMO

VALORES
MOBILIÁRIOS

OUTROS VALORES
MOBILIÁRIOS

RENDIBILIDADE
E RISCO

AGMVM

MERCADOS

INVESTIDORES

INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS

FUNDOS DE
INVESTIMENTO

INFORMAÇÃO
E EMITENTES

OFERTAS
PÚBLICAS

3. OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS MAIS COMPLEXOS E MENOS COMUNS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Além dos valores mobiliários tipicamente conhecidos e apresentados na seção anterior, existem, igualmente, outros valores mobiliários de natureza mais complexa e menos comuns em Cabo-Verde, tais como:

1. WARRANTS AUTÓNOMOS

Warrants autónomos são valores mobiliários com uma duração limitada, que conferem ao investidor um direito sobre outros valores mobiliários ou ativos financeiros, designados “ativos subjacentes”.

Os *warrants* podem ser emitidos por bancos, por sociedades de investimento, pelo Estado, por sociedades anónimas (desde que os ativos subjacentes sejam valores mobiliários próprios) e por outras instituições de crédito e sociedades financeiras de corretagem previamente autorizadas pelo Banco de Cabo Verde. Podem, ainda, emitir *warrants* autónomos, as entidades que tenham uma garantia prestada por outra entidade idónea.

O conceito de activos subjacentes abrange, nomeadamente, ações, obrigações, índices bolsistas, taxas de juro ou taxas de câmbio. A título de exemplo, uma emissão de *warrants* autónomos sobre ações pode conferir ao investidor o direito a comprar ou a vender essas ações numa data pré-determinada.

EXERCÍCIO DO DIREITO: O investidor tem sempre a possibilidade de optar por exercer ou não o seu direito. O *warrant* confere, portanto, um direito e não uma obrigação.

No investimento em *warrants*, o período de exercício é essencial. Ao contrário do investimento em ações ou obrigações, em que o não exercício de direitos não implica a perda dos valores, no investimento em *warrants*, o não exercício pode implicar a perda total de eventuais ganhos.

Acresce que, o exercício dos *warrants* na data de maturidade nem sempre é automático. Nesse caso, o detentor dos *warrants* terá que declarar a sua intenção de exercício. Se não o fizer, os *warrants* vencem sem que o investidor receba qualquer quantia a que tenha direito. A declaração de exercício deve ser remetida para a entidade identificada no prospecto.

DURAÇÃO: ao contrário das ações e dos títulos de participação, é sempre limitada. Maturidade é a designação que se dá ao fim do prazo de duração dos *warrants*.

DIREITOS CONFERIDOS AOS INVESTIDORES	<ul style="list-style-type: none"> • A comprar o ativo subjacente • A subscrever o ativo subjacente • A vender o ativo subjacente • A receber uma diferença em dinheiro entre dois preços – o preço do ativo subjacente no momento de exercício e o preço de exercício
---	--

TIPOS DE WARRANTS: existem *warrants* de compra (ou *call warrants*) e *warrants* de venda (ou *put warrants*). Nos primeiros, é conferido ao detentor o direito a comprar o ativo subjacente, enquanto nos segundos é conferido o direito a vender o ativo subjacente.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Consoante o momento em que o investidor pode exercer o seu direito, os *warrants* podem ser:

- De tipo americano, em que o titular do *warrant* o pode exercer em qualquer momento, desde a subscrição ou aquisição até à data de maturidade;
- De tipo europeu, em que o detentor o pode exercer apenas na data de maturidade.

Dependendo das condições de emissão, podem existir *warrants* que prevejam as chamadas barreiras (*knock-in* e *knock-out*). Nalguns casos, atingida essa barreira, o *warrant* expira sem qualquer valor, sendo que essas características constam do próprio Prospecto e do Anúncio de lançamento.

ASPECTO COM INTERESSE

Os *warrants* divergem no tipo de liquidação: (i) se o seu exercício der lugar ao recebimento, subscrição ou entrega do ativo subjacente, então fala-se em liquidação física; (ii) pelo contrário, se o seu exercício apenas implica o pagamento ao investidor de uma diferença de preço, a liquidação é financeira.

Acresce que, existem *warrants* em que, devido à inexistência física do ativo subjacente, a liquidação só é possível sob forma de liquidação financeira, como é o caso dos *warrants* sobre índices, taxas de juro ou taxas de câmbio. No entanto, mesmo no caso de outros ativos subjacentes onde a liquidação física seria possível, o recente desenvolvimento do mercado de *warrants*, a nível internacional, tem conduzido à generalização da liquidação financeira automática, pois evita riscos e custos acrescidos para os diferentes agentes (emitentes, intermediários financeiros e investidores).

2. CERTIFICADOS

Os certificados são valores mobiliários, emitidos por Bancos ou Sociedades de investimento, que têm uma duração limitada e atribuem aos investidores o direito a receber em dinheiro o valor de um ativo subjacente numa data determinada, nas condições fixadas na deliberação da emissão. Contudo, pode ser estabelecido pela empresa que os emite:

- Um limite máximo dos ganhos que cada investidor pode obter;
- A garantia de recebimento de um valor mínimo, ou seja, a garantia de que cada investidor vai sempre receber uma determinada quantia fixa, que pode ser igual, inferior ou superior ao valor inicialmente investido;
- Que o valor do ativo subjacente não seja apurado num único momento, mas em diferentes momentos no tempo.

ALERTA IMPORTANTE

Uma vez que o valor a receber pelo investidor depende do valor do ativo subjacente, os certificados podem ter risco de capital, ou seja, na maturidade o investidor pode receber menos do que o valor inicialmente investido.

Ao contrário dos *warrants*, os certificados conferem ao titular um direito de crédito e o valor a receber pelo investidor resulta do simples apuramento do valor do ativo subjacente, descontado de eventuais comissões, sendo em regra, idêntico a esse valor. Daí que se diga que o valor do certificado acompanha o valor do ativo subjacente, evoluindo no mesmo sentido deste.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

3. VALORES MOBILIÁRIOS OBRIGATORIAMENTE CONVERTÍVEIS

Os valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis são valores, emitidos pelos Bancos e outras entidades autorizadas pela AGMVM, com duração limitada que obrigam a empresa que os emite a entregar ao investidor, numa determinada data, uma quantidade de ações ou obrigações.

ALERTA IMPORTANTE

O investidor poderá receber menos do que o valor inicialmente investido se o preço das ações ou obrigações entregues for, na data fixada, inferior a esse montante.

As ações ou obrigações a entregar ao investidor são emitidas pela mesma empresa que emite o valor mobiliário obrigatoriamente convertível ou por outra empresa integrada no seu grupo.

DEVERES INFORMATIVOS ESPECIAIS:

os prospectos e as mensagens publicitárias destes valores mobiliários devem explicar que o investidor irá receber ações ou obrigações e não dinheiro, bem como, alertar para a possibilidade de perda do valor investido.

4. VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS POR OPÇÃO DO EMITENTE (*REVERSE CONVERTIBLES*)

Os valores mobiliários convertíveis por opção do emitente são valores mobiliários, emitidos por Bancos e outras entidades autorizadas pela AGMVM, com uma duração limitada, que dão à empresa que os emite a possibilidade de escolher entre: (i) entregar ao investidor uma determinada quantia em dinheiro, correspondente ao valor nominal do valor mobiliário; ou (ii) entregar ao investidor uma determinada quantidade de ações ou obrigações ou o respectivo valor em dinheiro na data fixada para a entrega.

As ações e obrigações só podem ser entregues ao investidor se o valor do ativo subjacente for inferior ao valor de referência fixado na altura da emissão. À semelhança dos certificados e dos valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis, o investimento em valores mobiliários convertíveis por opção do emitente pode implicar a perda total do montante investido.

Apesar de o investidor só poder vir a receber ações ou obrigações, o ativo subjacente aos valores mobiliários convertíveis por opção do emitente pode ser constituído por ações e obrigações (as que podem ser entregues ou outras), índices de valores mobiliários, índices de índices ou cabazes de mobiliários.

ALERTA IMPORTANTE

O investidor tem de acompanhar, quer a evolução do ativo subjacente, quer a do ativo que lhe pode ser entregue, para poder tomar as suas decisões de investimento.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

DEVERES INFORMATIVOS ESPECIAIS:

Os prospectos e as mensagens publicitárias destes valores mobiliários devem explicar que o investidor poderá vir a receber ações ou obrigações e não dinheiro e alertar para a possibilidade de perda do valor investido.

De modo geral, os valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis e os valores mobiliários convertíveis por opção do emitente têm apenas em comum a previsão de reembolso em espécie.

5. VALORES MOBILIÁRIOS CONDICIONADOS POR EVENTOS DE CRÉDITO (*CREDIT LINKED NOTES*)

Os valores mobiliários condicionados por eventos de crédito, emitidos por Bancos e outras entidades autorizadas pela AGMVM, têm duração limitada e conferem aos investidores o direito a receber, numa data previamente fixada, uma quantia em dinheiro ou valores mobiliários representativos da dívida de uma empresa, desde que se verifiquem determinados eventos (chamados eventos de crédito).

Estes eventos de crédito são definidos nas condições da emissão pela entidade que emite os valores mobiliários. Os eventos de crédito podem ser, por exemplo, situações em que uma empresa não cumpra as suas obrigações de pagamento relativas a empréstimos obrigacionistas ou a determinados contratos.

São valores mobiliários representativos da dívida de uma empresa, por exemplo, as obrigações.

Podem ser entregues ao investidor valores mobiliários que sejam representativos da dívida de uma empresa diferente da empresa emitente dos valores mobiliários condicionados por eventos de crédito, desde que sejam negociados em bolsa.

DEVERES INFORMATIVOS ESPECIAIS:

Os prospectos e as mensagens publicitárias destes valores mobiliários devem explicar que o investidor poderá vir a receber ações ou obrigações e não dinheiro e alertar para a possibilidade de perda do valor investido.

6. OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

FUTUROS

Existem produtos financeiros que permitem aos investidores:

- Por um lado, controlar o risco e assegurar a rendibilidade do investimento, garantindo o preço de um bem no futuro;
- Por outro lado, tirar partido de uma previsão sobre a evolução dos preços.

Permitem também ao investidor precaver-se quando a previsão é a de descida dos preços.

Este tipo de contratos designa-se “contratos de futuros”. São, portanto, contratos padronizados de compra e venda a prazo, pelo qual duas partes (o comprador e o vendedor) acordam um preço relativo a uma transação futura de determinado produto ou ativo.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

OPÇÕES

São contratos estabelecidos entre duas partes, através dos quais o comprador adquire o direito de comprar (opção de compra ou *call option*) ou de vender (opção de venda ou *put option*) um ativo (ativo subjacente), durante um certo período de tempo, por um preço estabelecido no momento de celebração do contrato (o preço de exercício), pagando para isso um prémio.

Da definição de opção podem distinguir-se quatro posições possíveis que o investidor pode assumir num investimento desse tipo, em particular:

	OPÇÃO DE COMPRA	OPÇÃO DE VENDA
COMPRADOR	Paga o prémio e adquire o direito de comprar um ativo ao preço de exercício.	Paga o prémio e adquire o direito de vender um ativo ao preço de exercício.
VENDEDOR	Recebe o prémio e assume o compromisso de vender um ativo ao preço de exercício.	Recebe o prémio e assume o compromisso de comprar um ativo ao preço de exercício.

AS DIFERENÇAS ENTRE OPÇÕES E FUTUROS

A principal diferença entre os contratos de futuros e os contratos de opções reside na fixação ou não de obrigações para as partes:

Nos futuros, tanto o comprador como o vendedor do contrato assumem a obrigação de comprar ou vender o ativo subjacente (por exemplo ações, taxas de juro ou taxas de câmbio) numa data futura a um preço estabelecido no presente; e

Nas opções, o comprador do contrato (que paga o prémio) não assume nenhuma obrigação, adquirindo apenas o direito a comprar ou vender o ativo subjacente. A obrigação é exclusiva do vendedor do contrato (que recebe o prémio), que fica sujeito à opção tomada pela outra parte (de comprar ou vender).

Os contratos de futuros e de opções são chamados instrumentos financeiros derivados porque: (i) não são valores mobiliários (a sua natureza e a forma como são negociados são diferentes); e (ii) são criados com base noutro valor, ou dito de outra forma, são “derivados de outros valores” (o ativo subjacente).

Os instrumentos financeiros derivados são negociados em mercados especiais – os mercados a prazo.

Há valores mobiliários que apresentam muitas semelhanças com os contratos de opção, como os *warrants* autónomos.

ALERTA IMPORTANTE

Alguns instrumentos financeiros derivados comportam o risco de perda superior ao capital investido. Os investidores devem estar atentos à existência de mecanismos que implicam a entrega de quantias adicionais, para além do investimento inicial, em caso de desvalorização (“margens”).

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

EXISTEM OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS?

Existem outros instrumentos financeiros que apresentam um grau de complexidade superior à dos valores mobiliários tradicionais e dos futuros e opções.

Estes produtos combinam as características de vários tipos de valores mobiliários, mas também destes e dos depósitos bancários (os chamados depósitos estruturados, em que parte do investimento é remunerado com uma taxa fixa e a remuneração da parte restante é indexada à valorização de um índice, de um cabaz de ações, etc.), bem como dos seguros (seguros *unit linked* ou seguros em que o prémio é investido total ou parcialmente em outros ativos, como fundos de investimento).

ALERTA IMPORTANTE

Sempre que lhe for proposta a aquisição de produtos estruturados, o investidor deve procurar informar-se sobre as suas características, independentemente do nome sob o qual estes são apresentados. Deve verificar, nomeadamente, se há ou não garantia de capital e, em caso negativo, se as perdas podem exceder o próprio capital investido.

Além dos valores mobiliários, podem ser negociados em bolsa instrumentos financeiros derivados (nomeadamente, futuros e opções). Neste momento este tipo de instrumentos não é negociado na Bolsa de Cabo Verde.

Podem ser emitidos outros valores mobiliários além dos aqui descritos, pelo que o investidor deve informar-se sempre sobre as características de cada instrumento antes de o adquirir.

4. RENDIBILIDADE E RISCO



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

O QUE É A RENDIBILIDADE E O RISCO?

RENDIBILIDADE: é a taxa de rendimento gerado pelo investimento durante um determinado período de tempo. Inclui normalmente duas parcelas: a evolução dos preços do valor mobiliário no qual se investiu (denominada mais ou menos valia, consoante a evolução tenha sido positiva ou negativa) e a remuneração periódica (dividendos, no caso de ações, e juros, no caso de obrigações) desses valores mobiliários.

ALERTA IMPORTANTE

A rendibilidade é normalmente expressa em percentagens ou gráficos. As rendibilidades passadas dadas por um instrumento financeiro não constituem garantia de rendibilidades futuras.

RISCO: representa a incerteza relativa à variação futura da rendibilidade ou integridade do capital investido. Ou seja, o risco pode ser de o investimento gerar reduzida ou nenhuma rendibilidade ou conduzir mesmo à perda do capital investido. Quando o risco se concretiza, o investidor sofre perdas (danos). Os riscos têm a ver com o tipo de valor mobiliário em causa, com atividade da empresa que os emite ou com factores exteriores (políticos, sociais, naturais).

ASPECTO COM INTERESSE

a conjugação do tipo de valor mobiliário com as características do emitente e com o contexto económico faz com que cada “caso derisquesejaum caso”. Por exemplo, as ações podem ser, em abstrato mais arriscadas do que uma obrigação, mas investir numa obrigação de uma empresa com pouco solidez financeira pode ser mais arriscado do que uma ação emitida por uma empresa sólida e com atividade estável.

ALERTA IMPORTANTE

A rendibilidade e o risco constituem os factores fundamentais a ter em conta na avaliação de qualquer valor mobiliário, sendo que, a uma maior rendibilidade esperada está, em regra, associado um maior risco.

TIPOS MAIS IMPORTANTES DE RISCO:

RISCO DE MERCADO: representa o constante potencial de perdas que um valor mobiliário comporta devido à evolução do mercado onde esse valor é negociado, ou de mercados com ele conexos. Os factores de risco de mercado mais relevantes são: (i) o preço das ações; (ii) taxas de juro; (iii) taxas de câmbio estrangeiras; (iv) preços das mercadorias.

ASPECTO COM INTERESSE A chamada “volatilidade” resulta do risco de mercado.

RISCO DE CONTRAPARTE: representa a perda potencial gerado pelo incumprimento de um contrato por uma contraparte, abrangendo, portanto, o risco de crédito.

RISCO DE CRÉDITO: é considerado como um dos principais riscos subjacente aos créditos obrigacionistas, que corresponde ao risco de a contraparte num financiamento incumprir a sua obrigação na maturidade. Este risco divide-se nas seguintes componentes: (i) Risco de incumprimento (*default*); (ii) risco de concentração; e (iii) risco de degradação da garantia.

5. A AGMVM



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

O QUE É A AGMVM?

A Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, designada abreviadamente por AGMVM, funciona na dependência do Governador do BCV e goza de autonomia funcional e administrativa.

É o serviço responsável pela supervisão dos mercados de valores mobiliários, de acordo com o nº 1, do artigo 5º, do Código do Mercado de Valores Mobiliários (CodMVM), aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 1/2012, de 27 de Janeiro, republicado a 3 de Abril de 2012.

Tem como missão supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados (tradicionalmente conhecidos como “mercados de bolsa”) e a atividade de todos os agentes que neles atuam.

Tem, ainda, como atribuição, promover o desenvolvimento do mercado de valores mobiliários e de instrumentos financeiros e das atividades de intermediação financeira.

A natureza, a composição, as atribuições, o funcionamento, bem como as incompatibilidades das pessoas que integram a AGMVM constam do Capítulo II do Decreto-Legislativo nº 1/2012, de 27 de Janeiro, republicado a 3 de Abril.

O Código do Mercado de Valores Mobiliários tem por objectivo estabelecer os princípios e disposições fundamentais por que se rege a organização, o funcionamento e as operações dos mercados de valores mobiliários e as atividades que nesses mercados exerçam todos os agentes que neles intervêm.

QUAIS OS OBJECTIVOS DA AGMVM?

PRINCÍPIOS:

A AGMVM obedece aos princípios de (i) Proteção dos investidores; (ii) Eficiência e regularidade de funcionamento dos mercados; (iii) Controlo da informação; (iv) Prevenção do risco sistémico; (v) Prevenção e repressão das atuações contrárias à lei ou regulamentos; e (vi) Independência perante quaisquer entidades públicas ou privadas.

ENTIDADES SUJEITAS À SUPERVISÃO DA AGMVM

(sem prejuízo das competências atribuídas a outras autoridades):

- As Bolsas;
- As Entidades Gestoras de sistemas de negociação multilateral, de sistemas de liquidação, de câmara de compensação ou contraparte central e de sistemas centralizados de valores mobiliários;
- Os Intermediários financeiros e consultores para investimento;
- Os Emitentes de valores mobiliários;
- Os investidores qualificados ou institucionais;
- Os titulares de participações qualificadas;
- Os Fundos de Garantia e sistemas de indemnização dos investidores e respectivas entidades gestoras;
- Os Fundos de Investimento;
- Auditores e sociedades de notação de risco, registados na AGMVM;

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

- Outras pessoas que exerçam, a título principal ou acessório, atividades relacionadas com a emissão, a distribuição, a negociação, o registo ou o depósito de instrumentos financeiros ou, em geral, com a organização e o funcionamento dos mercados de instrumentos financeiros.

QUAL A SUPERVISÃO EXERCIDA PELA AGMVM?

A supervisão e a regulação exercidas pela AGMVM consistem:

- No acompanhamento permanente da atuação das pessoas ou entidades que intervêm no mercado de capitais, com o objectivo de detectar atos ilícitos, nomeadamente na negociação em bolsa;
- Na fiscalização do cumprimento da lei e dos regulamentos;
- No controlo da atividade da Bolsa de Valores e de todos os intervenientes no mercado de valores mobiliários;
- Na verificação do cumprimento das obrigações de informação ao público que impendem sobre as entidades emitentes de valores admitidos à negociação na Bolsa de Valores;
- Na determinação da admissão oficiosa à cotação de valores mobiliários;
- Na concessão de registo às ofertas públicas de distribuição (incluindo ofertas de subscrição e de venda) e às ofertas públicas de aquisição (incluindo ofertas públicas de troca) de valores mobiliários;
- Na autorização ou na proibição de realização das ofertas públicas de distribuição e de aquisição;
- Na regulamentação sobre matérias que lhe sejam atribuídas por lei;
- Na realização de todas as diligências que permitam o apuramento de responsabilidades e a instauração de competentes procedimentos disciplinares, bem como na participação às autoridades judiciais competentes das irregularidades passíveis de procedimento criminal no funcionamento do mercado de valores mobiliários;
- Na aplicação das coimas a que se referem o Código do Mercado de Valores Mobiliários aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 1/2012, de 27 de Janeiro, republicado a 3 de Abril de 2012, e a legislação complementar;
- No exercício das demais competências que lhe sejam atribuídas pela legislação ou regulamentação aplicáveis ao mercado de valores mobiliários e, bem assim, as que se revelem necessárias ao eficaz desempenho das suas funções;
- Na verificação do funcionamento regular, eficiente e credível dos mercados de valores mobiliários, dos instrumentos financeiros e das entidades neles intervenientes e na proteção dos investidores.

QUAIS OS PODERES DE FISCALIZAÇÃO ATRIBUÍDOS À AGMVM?

No exercício de poderes de fiscalização, a AGMVM:

- Efetua as inspeções que entenda necessárias às entidades sujeitas à sua supervisão;
- Realiza inquéritos para averiguação de infracções de qualquer natureza cometidas no âmbito do mercado de valores mobiliários ou que afectem o seu normal funcionamento;
- Executa as diligências necessárias ao cumprimento dos princípios da supervisão.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Compete à AGMVM fiscalizar a aplicação da legislação sobre publicidade relativa às matérias reguladas no Código do Mercado de Valores Mobiliários, instaurando e instruindo os processos de contra-ordenação e aplicando as respectivas sanções.

O QUE É A REGULAÇÃO?

A regulação consiste na criação e aplicação de normas sobre o funcionamento de um sector da atividade económica e/ou sobre o funcionamento de mercados e a atividade das entidades que neles intervêm.

A AGMVM regula o funcionamento dos mercados de valores mobiliários, a realização de ofertas públicas, a atuação de todas as entidades que operam nesses mercados e, de um modo geral, todas as matérias que dizem respeito a esta área de atividade.

O QUE É A COOPERAÇÃO E QUAIS SEUS OBJETIVOS?

No âmbito das suas atribuições, a AGMVM promove o intercâmbio e a coordenação com os demais serviços do Banco de Cabo Verde, com autoridades nacionais que exerçam funções de supervisão e de regulação e com instituições congéneres estrangeiras, nos termos da lei e das convenções internacionais que vinculam o Estado de Cabo Verde.

A cooperação desenvolvida pela AGMVM deve obedecer aos princípios de reciprocidade, de respeito pelo segredo profissional e de utilização restrita da informação para fins de supervisão.

Através da cooperação, a AGMVM procura:

- Tornar a supervisão mais eficaz;
- Aproximar a sua atuação das práticas seguidas pelas instituições que, em outros países, desempenham as mesmas funções;
- Combater as atuações fraudulentas de carácter internacional.

COMO É QUE A AGMVM PROTEGE OS INVESTIDORES?

No sector financeiro e, em particular, nos mercados de capitais, têm vindo a ser reforçados os mecanismos de proteção daqueles que têm maior dificuldade em fazer defender os seus direitos – os pequenos investidores. Esta é uma exigência decorrente da sofisticação e da complexidade técnica que têm acompanhado o desenvolvimento dos mercados.

A AGMVM protege os investidores, quer mediante o exercício permanente das funções de supervisão e regulação que lhe são conferidas por lei, quer ainda através do desenvolvimento de serviços que visam assegurar um apoio direto ao público em geral e aos investidores em particular.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

QUE SERVIÇOS SÃO DISPONIBILIZADOS AO PÚBLICO PELA AGMVM?

A AGMVM disponibiliza ao público:

- Informações no item da AGMVM intitulado Mercado dos Valores Mobiliários do site do Banco de Cabo Verde: www.bcv.cv

COMO ESTÁ ORGANIZADA A AGMVM?

São órgãos da AGMVM o Conselho Diretivo e o Conselho Consultivo.

CONSELHO DIRETIVO

O Conselho Diretivo é composto por um Auditor Geral e por 2 (dois) vogais em regime de exclusividade, sendo todos eles designados por Resolução do Conselho de Ministros de entre pessoas de reconhecida idoneidade, independência e competência, sob proposta do membro do governo responsável pela área das Finanças, ouvido o Governador do Banco de Cabo Verde.

O mandato do Auditor Geral e dos vogais da AGMVM tem a duração de 4 (quatro) anos, renovável por uma vez.

O Conselho Diretivo tem as seguintes competências:

- Definir a política geral da AGMVM;
- Elaborar o orçamento e o plano anual de atividades;
- Elaborar o relatório anual sobre a situação dos mercados de valores mobiliários e proceder à sua divulgação, apresentando-o ao Governador do Banco de Cabo Verde e ao membro do Governo responsável pela área das Finanças, até 30 de Junho de cada ano, o qual deve incluir o relatório da atividade desenvolvida pela AGMVM;
- Organizar os serviços e gerir os recursos humanos da AGMVM;
- Aprovar os regulamentos e outros atos normativos cuja competência a lei atribua à AGMVM, incluindo a definição de taxas;
- Aprovar recomendações genéricas dirigidas às entidades sujeitas à sua supervisão e pareceres genéricos sobre questões relevantes que lhe sejam colocadas;
- Determinar a abertura de processos de averiguações preliminares relativas a crimes contra o mercado e o seu encerramento, bem como a eventual remessa daqueles ao Ministério Público;
- Praticar os demais atos de supervisão definidos na Lei;
- Deliberar sobre quaisquer outras matérias que sejam atribuídas por Lei.

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo é um órgão de consulta e assessoria ao Conselho Diretivo, competindo-lhe pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos por este e apresentar recomendações e sugestões.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

São membros permanentes do Conselho Consultivo:

- O Governador do Banco de Cabo Verde, que preside;
- Um representante do membro de Governo responsável pela área das Finanças;
- Um administrador do Banco de Cabo Verde;
- O Auditor Geral do Mercado de Valores Mobiliários;
- O Presidente da Bolsa de Valores de Cabo Verde;
- Um representante das instituições de crédito; e
- Um representante das sociedades de corretagem.

COMO CONTACTAR A AGMVM?

Via Telefone:

+238 2607171 / 2607000

Via Fax:

+238 2607079

Via Carta, ou Presencialmente:

Banco de Cabo Verde

Avenida Amílcar Cabral, nº 27 CP 101

Praia - Cabo Verde

Via e-mail, ou Internet:

agmvm@bcv.cv | www.bcv.cv

6. MERCADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O mercado de valores mobiliários representa o conjunto de mercados organizados ou controlados pelas respetivas autoridades competentes com vista à transação de valores mobiliários. Estes mercados são um espaço, não necessariamente físico, de confluência entre a oferta e a procura de valores mobiliários, bem como de outros instrumentos financeiros transacionáveis.

CLASSIFICAÇÃO DOS MERCADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

O mercado de valores mobiliários divide-se em mercado primário e mercado secundário.

ASPECTO A RETER

O mercado primário e o mercado secundário são classificações conceptuais. Não existem fisicamente organizações com esse nome.

MERCADO PRIMÁRIO: Corresponde à criação de valores mobiliários, ou seja à emissão desses valores pelo Estado e pelas empresas e à sua distribuição originária pelos investidores (a que também se chama “subscrição”). Para a emissão de valores mobiliários no mercado primário, apenas estão habilitadas as pessoas coletivas e outras entidades, públicas e privadas, que para tal estejam autorizadas por lei geral ou especial, respetivos estatutos ou lei orgânica.

MERCADO SECUNDÁRIO: Uma vez emitidos os valores mobiliários, pelo Estado e pelas empresas, e subscritos pelos investidores, os valores podem ser transacionados no mercado secundário. Ou seja, é no mercado secundário que os investidores podem vender ou comprar valores mobiliários a outros investidores.

O principal operador de mercado secundário é a Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A **Bolsa de Valores de Cabo Verde**, operando como mercado secundário, tem como objeto primordial dotar-se de, e manter, os meios necessários ao funcionamento de um mercado livre e aberto para a realização de operações de compra e venda de valores mobiliários e assegurar, por si ou através de terceiros, serviços apropriados de registo, compensação e liquidação de operações; divulgar a informação oportuna sobre as transações realizadas.

As operações entre investidores sobre valores mobiliários que não passem pela bolsa são realizadas no que, conceptualmente se designa por **Mercado fora de bolsa**.

O **Mercado fora de bolsa** constitui o conjunto de transações de valores mobiliários realizadas fora de bolsa ou de mercados especiais, que não depende de qualquer processo de admissão, e em que intervém um intermediário financeiro autorizado.

ALERTA IMPORTANTE

O Mercado fora de bolsa, devidos às suas características, é menos transparente e sujeito a um menor grau de regulamentação em comparação com a bolsa.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

ASPECTO A RETER

Em Cabo Verde, se um valor mobiliário estiver admitido à Bolsa de Valores, não é possível fazer transações fora de bolsa sobre esse valor mobiliário, a não ser que tal seja autorizado pela AGMVM através de regulamento. Tal costuma ser designado por “princípio da concentração”.

COMO OPERAM OS MERCADOS DE BOLSA?

Há muito anos, os mercados de bolsa operavam em espaços físicos com corretores a transmitirem ordens dos seus clientes, numa grande agitação, entregando papelinhos representativos das transações uns aos outros. Muitas bolsas, pelo mundo fora, ainda preservam essas salas.



Hoje em dia já não é assim.

A negociação em Cabo Verde é realizada através de sistemas electrónicos, aos quais se encontram ligados os operadores de bolsa, que introduzem nesse sistema as ordens dos seus clientes e que passam a designar-se por ofertas.

Estas ofertas podem ser de sentido inverso (compra ao venda), e ao cruzarem-se, formam um negócio.

7. INVESTIDORES



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

INVESTIDORES

Investidores são todas as pessoas e entidades, públicas ou privadas, que, por si mesmas ou através de outras pessoas ou entidades, apliquem, transitória ou duradouramente, em valores mobiliários e em instrumentos financeiros, os meios financeiros de que são detentoras.

Contudo, é possível atribuir diferente qualificação aos investidores dependendo da sua formação, experiência e capacidade financeira. Tendo em conta estes fatores, os investidores podem ser qualificados como INVESTIDORES QUALIFICADOS ou INVESTIDORES NÃO QUALIFICADOS

Os investidores não qualificados têm, em princípio, menos experiência e conhecimentos do mercado de capitais, pelo que existe uma maior necessidade de proteção desta categoria de investidores.

ALERTA IMPORTANTE

A lei, a legislação e os regulamentos aplicáveis ao mercado de capitais protegem, em grande medida, os investidores não qualificados e a segurança das suas poupanças. A própria atividade da AGMVM se pauta pela proteção dos investidores não qualificados. Todavia, apesar do elevado grau de proteção que lhe é concedido, o investidor não qualificado deve obter o máximo de informação possível sobre os investimentos que lhe propõem.

A este respeito, realçamos que existem determinados deveres de informação que devem ser obrigatoriamente prestados pelos intermediários financeiros aos investidores não qualificados, e que apenas se aplicam aos investidores qualificados em caso de solicitação expressa destes.

ALGUNS DEVERES DE INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO INTERMEDIÁRIO FINANCEIRO AOS INVESTIDORES NÃO QUALIFICADOS

- Declaração que ateste que o intermediário financeiro está autorizado para a prestação da atividade de intermediação financeira, indicação da data da autorização, com referência à autoridade de supervisão que a concedeu e respectivo endereço de contacto
- Apresentar periodicamente relatórios sobre o desempenho do serviço a prestado ao cliente.
- A existência e o modo de funcionamento do serviço destinado a receber e a analisar as reclamações dos investidores, bem como indicação da possibilidade de reclamação junto da autoridade de supervisão
- A natureza, os riscos gerais e específicos, designadamente de liquidez, de crédito ou de mercado, e as implicações subjacentes ao serviço que visa prestar, cujo conhecimento seja necessário para a tomada de decisão do investidor, tendo em conta a natureza do serviço a prestar, o conhecimento e a experiência manifestadas, entregando-lhe um documento que reflita essas informações.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Acresce ainda que, o conceito de investidor qualificado é utilizado para restringir o âmbito das ofertas particulares.

ALERTA IMPORTANTE

Se está neste momento a ler o presente Guia, provavelmente situar-se-á na qualificação de Investidor não qualificado! Desejamos-lhe que toda esta leitura lhe traga proveito para os seus investimentos!

A PROTEÇÃO DOS INVESTIDORES POR PARTE DA AGMVM

À AGMVM incumbe a supervisão dos mercados de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados, não sendo garantido por esta entidade o mérito e a oportunidade das tomadas de decisões levadas a cabo pelos investidores.

Neste âmbito, a atuação da AGMVM tem por finalidade assegurar a eficiência e a regularidade de funcionamento dos mercados, visando que as decisões de investir sejam esclarecidas através das seguintes componentes: (i) disponibilização de informação aos investidores para que estes tomem decisões esclarecidas; (ii) promovendo a igualdade de oportunidades, e portanto, restringindo as situações de desigualdade informativas e de acesso ao mercado; e por fim, (iii) garantindo o regular funcionamento do mercado, nomeadamente no que respeita à correta e transparente formação de preços.

APRESENTAÇÃO

LIÇÕES DO SENHOR
NEPOMUCEMO

VALORES
MOBILIÁRIOS

OUTROS VALORES
MOBILIÁRIOS

RENDIBILIDADE
E RISCO

AGMVM

MERCADOS

INVESTIDORES

INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS

FUNDOS DE
INVESTIMENTO

INFORMAÇÃO
E EMITENTES

OFERTAS
PÚBLICAS

8. INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

O acesso aos mercados de capitais por parte dos investidores não é, em regra, direto. Os investidores que queiram comprar valores mobiliários em bolsa ou fora de bolsa devem recorrer a um intermediário financeiro, que os ajuda e aconselha sobre o investimento que pretendem fazer.

Os Intermediários financeiros são, assim, as empresas prestadoras dos serviços que permitem aos investidores atuar nos mercados de capitais.

O exercício profissional de qualquer atividade de intermediação financeira está dependente de autorização concedida pela autoridade competente, bem como do registo prévio na AGMVM, que visa assegurar um controlo dos requisitos para o respectivo exercício e permitir a organização da supervisão.

Os intermediários financeiros mais conhecidos são as instituições de crédito (onde pontificam os bancos), mas há outros, como sociedades gestoras de fundos de investimento.

ASPECTO COM INTERESSE

Os intermediários financeiros autorizados a executar operações de bolsa são designados por operadores de bolsa.

QUAIS SÃO OS DEVERES DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS PARA COM OS CLIENTES?

Os intermediários financeiros devem servir, em primeiro lugar os seus clientes, pois é para isso que estão licenciados. Os mercados de valores mobiliários são complexos e os investidores carecem de aconselhamento e de informação nos seus investimentos. Para isso os intermediários financeiros devem conhecer bem os seus clientes e informarem-se sobre a sua experiência e objetivos de investimento.

PRINCIPAIS DEVERES DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

- Dever de informar os clientes sobre os serviços que ofereça, de acordo com os conhecimentos e experiência e experiência dos clientes
- Não dar ênfase aos benefícios potenciais de produtos financeiros sem informar igualmente dos seus riscos; a informação sobre os riscos do investimento deve ser pormenorizada
- Apresentar a informação de modo a que seja facilmente apreendida
- Cumprir com rapidez e eficiência as ordens dos clientes
- No cumprimento das ordens de clientes ou na prestação dos seus serviços, colocar os interesses dos clientes à frente dos seus próprios interesses
- Dar informação detalhada sobre os investimentos que propõe aos seus clientes

A AGMVM prossegue uma atividade de supervisão contínua dos intermediários financeiros, de forma a garantir que eles têm os meios adequados para a prestação dos serviços e para o cumprimento destes deveres para com os clientes.

APRESENTAÇÃO

LIÇÕES DO SENHOR
NEPOMUCEMO

VALORES
MOBILIÁRIOS

OUTROS VALORES
MOBILIÁRIOS

RENDIBILIDADE
E RISCO

AGVM

MERCADOS

INVESTIDORES

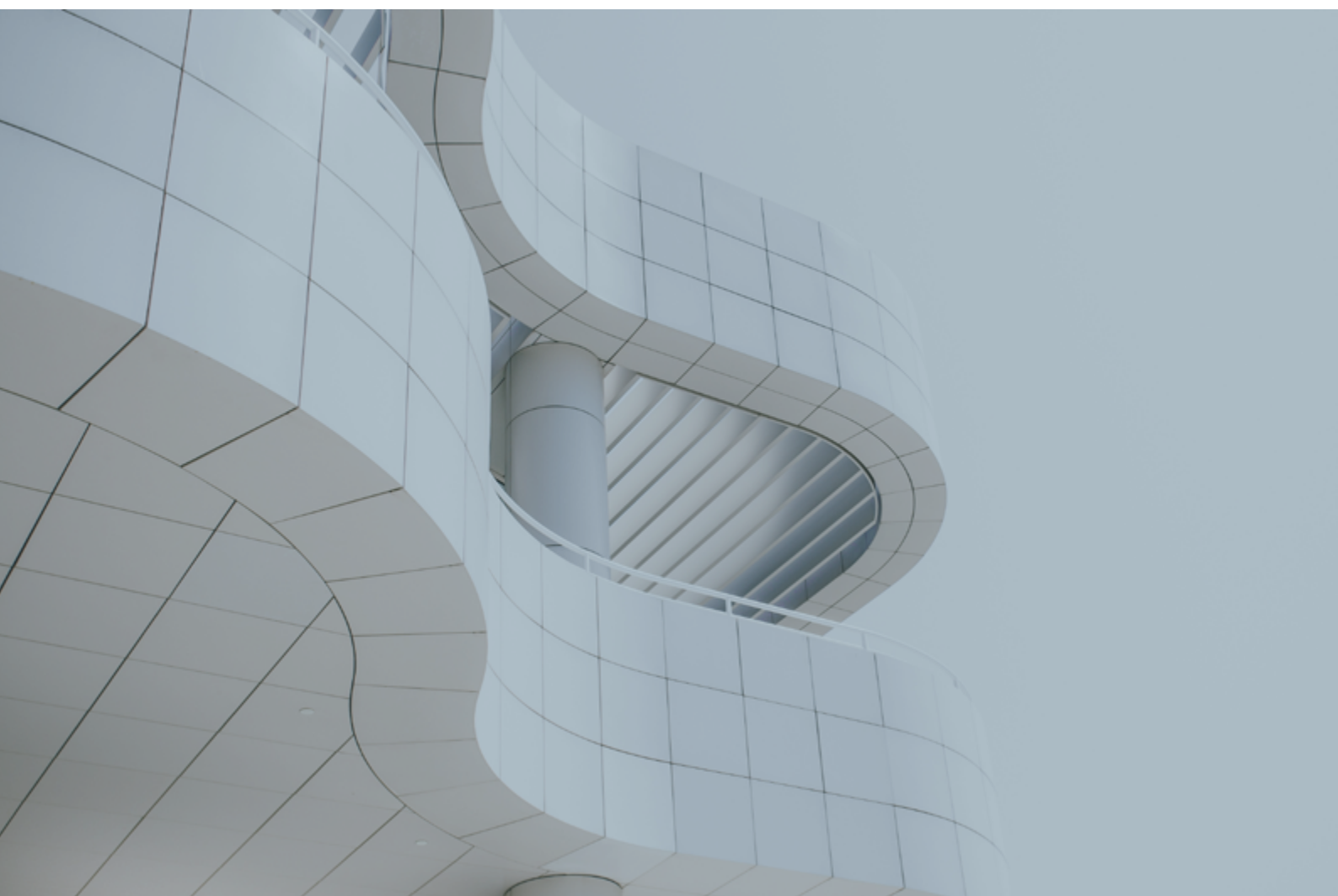
INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS

FUNDOS DE
INVESTIMENTO

INFORMAÇÃO
E EMITENTES

OFERTAS
PÚBLICAS

9. FUNDOS DE INVESTIMENTO



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

FUNDOS DE INVESTIMENTO E A SUA CLASSIFICAÇÃO

Um fundo de investimento é um património detido por diversos investidores, destinado a ser investido e gerido por profissionais – as entidades gestoras.

Os fundos de investimento são classificados atendendo:

- ao objeto que lhe está associado: **fundos de investimento mobiliário**, em que a carteira é constituída por valores mobiliários (ações, obrigações) ou outros ativos; ou **fundos de investimento imobiliário**, em que o património é constituído por imóveis; ou
- à possibilidade de entrada e saída de investidores: **fundos abertos**, em que os investidores podem subscrever e resgatar as unidades de participação em qualquer momento; **fundos fechados**, em que os investidores procedem à subscrição num determinado momento, mas o seu resgate ou reembolso é, em regra, apenas possível na liquidação do fundo ou numa data previamente definida e, ainda, **fundos mistos**.

No que respeita ao valor de cada fundo de investimento, este é determinado e publicado diariamente para os fundos abertos e mensalmente no que respeita aos fundos fechados.

Vantagens e riscos do investimento em unidades de participação em fundos de investimento

Ao adquirir unidades de participação de um fundo de investimento, o investidor, na prática, está a investir indiretamente na diversidade de ativos que compõem o património do fundo.

Investir em fundos de investimento é, por isso, uma forma indireta de alcançar uma certa **diversificação dos investimentos**. Ou seja, em tese, as perdas de um ativo podem mais facilmente ser compensadas ou amortecidas pelo desempenho de outros ativos que compõem a carteira do fundo

O risco do investimento em unidades de participação depende, assim do tipo de ativos que compõem a carteira do fundo. Um fundo de ações poderá acarretar mais riscos do que um fundo que tenha só obrigações.

Documentos relevantes que contemplam a informação sobre os fundos de investimento

Para cada fundo de investimento são elaborados os seguintes documentos:

- **Prospeto completo e prospeto simplificado:** estes documentos contêm, nomeadamente, o tipo e a política de investimento, perfil do investidor a que se destina, risco associado ao investimento, rentabilidade e risco históricos, advertências, comissões e encargos, comercialização, condições de subscrição de regaste, política de distribuição de rendimentos, entre outros. O prospeto simplificado, que contém uma menor quantidade de elementos informativos, pode ser utilizado como documento de comercialização.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

- **Regulamento de gestão:** é um documento que contém informação detalhada sobre o fundo que rege, nomeadamente os elementos identificadores da entidade gestora, os direitos e obrigações dos participantes, a política de investimentos, as condições de liquidação.

ALERTA IMPORTANTE

A publicação da informação legalmente exigida é efetuada pelos seguintes meios: (i) meio de comunicação de grande divulgação em Cabo Verde; (ii) Boletim oficial de uma sociedade gestora de mercados com sede em Cabo Verde.

ENTIDADES GESTORAS, DEPOSITÁRIAS E COMERCIALIZADORAS

Entidades Gestoras

A gestão dos fundos de investimento cabe às respetivas entidades gestoras, que podem ser: (i) sociedades de gestão financeira; (ii) entidades especialmente previstas para os fundos de pensões; ou (iii) se o fundo de investimento for fechado, as instituições de crédito e as sociedades de investimento que disponham de fundos próprios não inferiores a 800 milhões de escudos.

Cabem a estas entidades, nomeadamente, representar os participantes e demais interessados legítimos no exercício de todos os direitos decorrentes das respetivas participações, adquirir, alienar e administrar os ativos dos fundos que gerem, esclarecer e analisar as reclamações dos participantes e outros interessados legítimos, emitir e resgatar unidades de participação.

As entidades gestoras devem agir, no exercício das respetivas funções, de modo independente e no exclusivo interesse dos participantes, atuando de acordo com critérios de elevada diligência e competência profissional.

Depositários: são as entidades às quais são confiados os ativos que constituem a carteira dos Fundos. Podem ser depositários: (i) as instituições de crédito e sociedades de investimento com sede em Cabo Verde que disponham de fundos próprios não inferiores a oitocentos milhões de escudos; (ii) sucursais em Cabo Verde de instituições de crédito e sociedades de investimento com sede num Estado Membro da OCDE cujo capital social não seja inferior a oitocentos milhões de escudos. É nos seus balcões que se subscrevem e resgatam unidades e se distribuem rendimentos, desempenhando um importante papel relativo à observância da lei e do regulamento de gestão pela entidade gestora, com quem respondem solidariamente perante os participantes.

ALERTA IMPORTANTE

As funções de depositário não podem ser exercidas pelas entidades gestoras.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Entidades Comercializadoras: a estas entidades compete a colocação das unidades de participação. Podem ser entidades comercializadoras: (i) as entidades gestoras; (ii) os depositários; (iii) os intermediários financeiros registados ou autorizados junto do Banco de Cabo Verde para o exercício das atividades de colocação em ofertas públicas de distribuição ou de recepção e transmissão de ordens por conta de outrem; (iv) outras entidades previstas em regulamento.

São as entidades comercializadoras que têm de, nomeadamente, o dever de disponibilizar ao subscritor, participante ou demais interessados legítimos a informação que para o efeito lhes tenha sido remetida pela entidade gestora.

APRESENTAÇÃO

LIÇÕES DO SENHOR
NEPOMUCEMO

VALORES
MOBILIÁRIOS

OUTROS VALORES
MOBILIÁRIOS

RENDIBILIDADE
E RISCO

AGMVM

MERCADOS

INVESTIDORES

INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS

FUNDOS DE
INVESTIMENTO

INFORMAÇÃO
E EMITENTES

OFERTAS
PÚBLICAS

10. INFORMAÇÃO E EMITENTES DE VALORES MOBILIÁRIOS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

A INFORMAÇÃO COMO ELEMENTO ESSENCIAL PARA INVESTIR EM VALORES MOBILIÁRIOS

No momento de investir em valores mobiliários, a informação em que o investidor se deve basear desempenha um papel fundamental.

Pelo que, tomar a **decisão de investir pressupõe que o investidor:**

Tem conhecimento das características e direitos inerentes a cada um dos valores mobiliários, bem como dos produtos financeiros disponíveis nos mercados e do risco que lhes está associado

Acompanha a informação que pode condicionar a evolução do investimento, nomeadamente os principais dados sobre a conjuntura económica, as cotações apuradas em bolsa e os factos relevantes divulgados pelas empresas que emitem valores mobiliários

INFORMAÇÃO QUE PODE INFLUENCIAR O INVESTIMENTO NOS VÁRIOS TIPOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

INVESTIMENTO EM AÇÕES

O retorno do investimento em ações pode variar por influência de diversos fatores tais como a conjuntura económica, a evolução dos negócios das empresas que as emitem, a maior procura de determinadas ações por parte dos investidores, a forma como as empresas emittentes são geridas, a forma como respeitam os direitos dos acionistas e a visibilidade que têm noutros mercados.

ASPECTO COM INTERESSE

As ações negociadas em bolsa têm a vantagem de permitir que os investidores acompanhem de forma ininterrupta a evolução, positiva ou negativa, destas ações, não só porque as respectivas cotações são publicadas diariamente pela própria bolsa, mas também porque estão sujeitas a deveres de informação mais exigentes.

Quanto maior é o número de negócios realizados sobre determinadas ações (liquidez), menor tende a ser a diferença entre o valor das ofertas de compra e das ofertas de venda das mesmas (*spread bid-ask*), o que contribui para fixar uma cotação mais próxima do valor justo.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

INVESTIMENTO EM OBRIGAÇÕES

No caso de investimento em obrigações, a necessidade de o investidor procurar e acompanhar informação sobre o seu investimento vai depender do facto de as obrigações terem sido, ou não, emitidas a uma taxa fixa ou variável.

EMIÇÃO DE OBRIGAÇÕES COM UMA TAXA FIXA:

Neste caso a remuneração não estará estreitamente relacionada com qualquer conjuntura externa. Pelo que, a informação relevante a reter para tomar uma decisão de investimento terá de ser baseada na situação financeira da empresa emitente e na segurança por esta oferecida, nas condições estabelecidas na emissão, quanto aos pagamento de juros e/ou reembolso do capital.

EMIÇÃO DE OBRIGAÇÕES COM UMA TAXA VARIÁVEL:

Quanto a estas obrigações, já será necessário que o investidor obtenha informação relativa à conjuntura económica que possa influenciar a respetiva taxa de juro aplicável.

O investimento em obrigações pressupõe, igualmente, que o investidor procure obter informação sobre as taxas em vigor no mercado.

AS CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO ESSENCIAL PARA TOMAR A DECISÃO DE INVESTIR

A informação prestada pelos emitentes de valores mobiliários que possa influenciar as decisões de investidores tem de ser **completa, verdadeira, atual, clara, objectiva e lícita**.

A informação de que o investidor necessita para tomar a decisão de investir ou para acompanhar a evolução do investimento deve ser-lhe prestada pelos:

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Devem avaliar o grau de conhecimento dos seus clientes e determinar a informação de que necessitam para realizar um investimento esclarecido

EMPRESAS EMITENTES

Informação periódica (relatórios e contas) e informação ocasional (quando surja informação importante na sua atividade que possa influenciar os preços e cotações)

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

AS SOCIEDADES ABERTAS

O QUE SÃO SOCIEDADES ABERTAS?

São sociedades abertas as que têm o capital disperso pelo público, nomeadamente:

- A sociedade que se tenha constituído através de oferta pública de subscrição dirigida especificamente a pessoas com residência ou estabelecimento em Cabo Verde;
- A sociedade emitente de ações ou de outros valores mobiliários que confirmam direito à subscrição ou à aquisição de ações que tenham sido objecto de oferta pública de subscrição dirigida especificamente a pessoas com residência ou estabelecimento em Cabo Verde;
- A sociedade emitente de ações ou de outros valores mobiliários que confirmam direito à sua subscrição ou aquisição, que estejam ou tenham estado admitidas à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Cabo Verde;
- A sociedade emitente de ações que tenham sido alienadas em oferta pública de venda ou de troca em quantidade superior a 10% (dez por cento) do capital social dirigida especificamente a pessoas com residência ou estabelecimento em Cabo Verde;
- A sociedade resultante de cisão de uma sociedade aberta ou que incorpore, por fusão, a totalidade ou parte do seu património.

QUAIS OS DEVERES ESPECIAIS DAS SOCIEDADES ABERTAS?

As sociedades abertas são obrigadas a indicar nos atos externos a qualidade de sociedade aberta.

Para além deste dever, as sociedades abertas estão obrigadas a respeitar o princípio da igualdade de tratamento dos investidores em valores mobiliários por si emitidos que pertençam à mesma categoria e a comunicar as participações detidas em sociedades sedeadas fora de Cabo Verde.

COMO SE PERDE A QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA?

A qualidade de sociedade aberta pode-se perder, desde que deliberado em Assembleia Geral da sociedade por maioria superior a 90% dos votos correspondentes ao capital social e, mediante decisão da AGMVM tornada pública através de aviso publicado no boletim oficial da bolsa e no seu sistema de difusão de informação.

A perda de qualidade de sociedade aberta pode, igualmente, resultar de uma aquisição potestativa.

APRESENTAÇÃO

LIÇÕES DO SENHOR
NEPOMUCEMO

VALORES
MOBILIÁRIOS

OUTROS VALORES
MOBILIÁRIOS

RENDIBILIDADE
E RISCO

AGMVM

MERCADOS

INVESTIDORES

INTERMEDIÁRIOS
FINANCEIROS

FUNDOS DE
INVESTIMENTO

INFORMAÇÃO
E EMITENTES

OFERTAS
PÚBLICAS

11. OFERTAS PÚBLICAS



APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

O QUE É UMA OFERTA PÚBLICA?

Uma oferta pública é, em princípio, aquela dirigida à generalidade dos investidores.

Todavia, o conceito é mais complexo.

TOME NOTA

Qualifica-se como pública a oferta relativa a valores mobiliários dirigida, no todo ou em parte, a destinatários indeterminados, ou dirigida a destinatários individualmente identificados mas realizada através de comunicações padronizadas.

Tome nota do exemplo:

Uma oferta dirigida aos trabalhadores de uma empresa, numa privatização, é uma oferta pública.

Além disso, a lei considera sempre como ofertas públicas, as que são dirigidas:

- À generalidade dos acionistas de uma sociedade aberta, ainda que o capital social seja representado por ações nominativas;
- A destinatários indeterminados, acompanhadas ou precedidas de prospecção ou de recolha de intenções de investimento ou de promoção publicitária;
- A pelo menos 100 (cem) pessoas, que sejam investidores não qualificados com residência ou estabelecimento em Cabo Verde.

TIPOS DE OFERTAS EXISTENTES

➡ OFERTA PÚBLICA DE SUBSCRIÇÃO (“OPS”)

Corresponde à criação originária de valores mobiliários oferecidos pela primeira vez aos investidores.

TOME NOTA: um aumento de capital de uma empresa oferecido através de oferta pública é uma OPS.

➡ OFERTA PÚBLICA DE VENDA (“OPV”)

Oferta em que uma empresa ou um investidor propõe à generalidade dos investidores que comprem determinados valores mobiliários já antes emitidos.

➡ OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO (“OPA”)

Oferta em que uma empresa ou um investidor propõe à generalidade dos investidores comprar-lhes determinados valores mobiliários, pagando em dinheiro.

➡ OFERTA PÚBLICA DE TROCA (“OPT”)

Oferta em que uma empresa ou um investidor propõe à generalidade dos investidores adquirir-lhes determinados valores mobiliários, entregando em pagamento outros valores mobiliários.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

ASPECTO COM INTERESSE

Quando as ofertas públicas de subscrição ou de venda têm como finalidade, a dispersão, pela primeira vez, do capital social das empresas pelos investidores, e a respetiva admissão à negociação das ações em bolsa, designam-se na linguagem corrente dos mercados, IPO's, iniciais da expressão inglesa *Inicial Public Offering*.

Além de Ofertas Públicas, existem igualmente OFERTAS PARTICULARES que são dirigidas apenas a investidores qualificados, ou a destinatários determinados, desde que não sejam mais de 100 pessoas. Mas as ofertas em que haja prospecção de investidores, feitas pelo emitente ou por qualquer pessoa, no interesse do emitente, são sempre ofertas públicas. São ainda ofertas particulares as ofertas de subscrição dirigidas por sociedades com o capital fechado ao investimento do público à generalidade dos seus accionistas, desde que não sejam precedidas de prospecção ou de recolha de investimento junto de destinatários indeterminados ou de promoção publicitária.

ALERTA IMPORTANTE:

As ofertas particulares não asseguram da mesma forma proteção dos investidores, tendo em conta que a informação nelas disponibilizada não obedece a requisitos legais exigentes nem estão sujeitas à supervisão da AGMVM.

QUAL A INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA NO ÂMBITO DE UMA OFERTA PÚBLICA?

A informação obrigatória sobre as ofertas consta dos seguintes documentos: (i) do anúncio preliminar; (ii) do prospecto; e (iii) do anúncio de lançamento. Estes documentos, quando divulgados encontram-se à disposição dos investidores no site da AGMVM, entre outros locais.

Requisitos da informação constante do prospecto (e que constitui a oferta): tem de ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. Por sua vez, o anúncio de lançamento é um documento informativo que incorpora a declaração contratual.

ASPECTO COM INTERESSE

Na preparação das ofertas públicas e na elaboração destes documentos é obrigatória a intervenção de um intermediário financeiro.

O PROSPECTO E O ANÚNCIO DE LANÇAMENTO

O prospecto e o anúncio de lançamento são os documentos oficiais que procedem à divulgação de uma oferta pública relativa a valores mobiliários, que garantem a prestação aos investidores de toda a informação necessária para uma tomada de decisão de investimento esclarecida e fundamentada, habilitando os destinatários a formar juízos fundados sobre a oferta, os valores mobiliários que dela são objeto e os direitos que lhe são inerentes, sobre as características específicas, a situação patrimonial, económica e financeiro do emitente, bem como as previsões relativas à evolução da atividade e dos resultantes do emitente e de um eventual garante.

A organização da informação nestes documentos está sujeita a modelos, o que permite e facilita a comparação da informação sobre várias ofertas públicas, sobre vários valores mobiliários e sobre várias empresas.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

PRINCIPAL INFORMAÇÃO QUE DEVE SER INCLUÍDA NO PROSPECTO E NO ANÚNCIO DE LANÇAMENTO

- Identificação das pessoas responsáveis pelo seu conteúdo
- O emitente e a atividade por este desenvolvida
- O oferente e a atividade por este desenvolvida
- Identificação das ações objeto da oferta
- Os objectivos da oferta
- Natureza da contrapartida
- A estrutura de administração e fiscalização do emitente
- A composição dos órgãos do emitente e do oferente
- Identificação dos intermediários financeiros
- Período da oferta

O anúncio de lançamento é publicado em simultâneo com o prospecto num meio de comunicação de grande difusão ou em meio de divulgação de informação indicado pela entidade gestora do mercado regulamentado em que os valores mobiliários estejam admitidos à negociação.

Por sua vez, o prospecto deve ser divulgado através de (i) publicação num ou mais jornais de difusão nacional ou de grande difusão, (ii) colocado gratuitamente à disposição do público nas instalações do mercado em que é solicitada a admissão à negociação dos valores mobiliários ou na sede estatutária do emitente e nas agências dos intermediários financeiros responsáveis pela sua colocação, incluindo os responsáveis pelo serviço financeiro do emitente, (iii) no sítio da internet do emitente e, se for caso disso, no dos intermediários financeiros responsáveis pela colocação ou venda dos valores mobiliários, incluindo os responsáveis pelo serviço financeiro do emitente, (iv) no sítio da internet do mercado regulamentado em que se solicita a admissão à negociação ou (v) no sítio da internet da AGMVM.

Tanto o prospecto como o anúncio de lançamento só podem ser publicados depois do registo da oferta na AGMVM.

ALERTA IMPORTANTE:

A aprovação dos documentos da oferta por parte da AGMVM não implica que esta recomende qualquer tipo de investimento.

O ANÚNCIO PRELIMINAR

Logo que uma empresa ou uma pessoa tome a decisão de lançamento de uma oferta pública de aquisição sobre valores de outra empresa, deve enviar o anúncio preliminar à AGMVM e ao conselho de administração ou à direção da sociedade visada, procedendo de imediato à respectiva publicação.

A publicação do anúncio preliminar implica, obrigatoriamente, que o oferente tenha de: (i) Lançar a oferta em termos não menos favoráveis para os destinatários do que as constantes desse anúncio; (ii) requerer o registo da oferta no prazo de 20 dias, prorrogável até 60 dias nas ofertas públicas de troca; (iii) informar os representantes dos seus trabalhadores, ou na sua falta, os trabalhadores sobre o conteúdo dos documentos da oferta.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

PRINCIPAL INFORMAÇÃO QUE DEVE CONSTAR DO ANÚNCIO PRELIMINAR

- Identificação do oferente
- Identificação da sociedade visada
- A identificação do Intermediário financeiro organizador
- Identificação das ações objeto da oferta
- Contrapartida oferecido
- A enunciação sumária dos seus objetivos, nomeadamente quanto à continuidade ou modificação da atividade empresarial (i) da empresa em que incide a oferta, (ii) do oferente, na medida em que seja afectado pela oferta e (iii), nos mesmos termos, por sociedades que com estes estejam em relação de domínio ou de grupo

A empresa que lança a oferta, a empresa visada na oferta, os seus acionistas e membros dos órgãos sociais, e ainda todas as pessoas que lhes prestam serviço devem guardar segredo sobre a preparação da oferta até à publicação do anúncio preliminar.

Os anúncios preliminares de ofertas públicas são divulgados no site da AGMVM.

QUAL O PROCEDIMENTO PARA ACEITAÇÃO DE UMA OFERTA PÚBLICA?

Para aceitar uma oferta pública é necessário transmitir uma ordem a um intermediário financeiro e preencher um documento escrito.

TOME NOTA

O investidor-aceitante pode retirar a sua aceitação da oferta, através da revogação da respetiva ordem, em qualquer momento, até cinco dias antes do termo do prazo da oferta.

O Apuramento do resultado da oferta pública de aquisição ou de venda é feito em sessão especial de bolsa.

O QUE É O RATEIO?

O rateio promove a repartição dos valores mobiliários nas situações em que não são suficientes para satisfazer a totalidade das ordens transmitidas pelos investidores nas ofertas públicas.

Para assegurar a igualdade de tratamento dos destinatários da oferta, o rateio é normalmente realizado pelo método proporcional, salvo se critério diverso resultar de disposições legais ou não merecer oposição da AGMVM na aprovação do prospecto.

ALERTA IMPORTANTE:

Ao dar ordens para subscrição ou compra de uma determinada quantidade de valores mobiliários, não existe qualquer garantia de que o investidor irá subscrever ou comprar a quantidade de valores mobiliários pretendida. Se a oferta for muito concorrida, o investidor pode adquirir menos ações do que as pretendidas.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

II. GLOSSÁRIO

A

Ativo subjacente: ativo que serve de base a outros instrumentos financeiros, como sejam os futuros, as opções e os warrants autónomos. Por exemplo, num contrato de futuros sobre a ação X, o ativo subjacente é esta ação.

AGMVM: a Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, entidade reguladora dos mercados.

Aquisição Potestativa: o oferente que, na sequência do lançamento de oferta pública de aquisição, atinja ou ultrapasse, direta ou indiretamente, 90 % dos direitos de voto correspondentes ao capital social até ao apuramento dos resultados da oferta e 90 % dos direitos de voto abrangidos pela oferta. Podendo, nos três meses subsequentes, adquirir as ações remanescentes mediante contrapartida justa, em dinheiro.

Assembleia geral: órgão das sociedades anónimas em que participam os detentores de ações, um representante dos detentores de obrigações e um representante dos detentores de títulos de participação.

B

BCV: Banco de Cabo Verde.

Bilhetes de Tesouro: são valores mobiliários escriturais representativos de empréstimos de curto prazo (emitidos por prazo de até 1 ano) da República de Cabo-Verde, denominados em moeda com curso legal em Cabo Verde ou noutra livremente convertível. O seu valor unitário é fixado pela Direção Geral do Tesouro e são registados na Central de Liquidação e Custódia de Valores Mobiliários, sob supervisão da AGMVM.

C

Call: termo utilizado para referir o direito que está incorporado em determinados instrumentos financeiros, como warrants autónomos e opções. A *call* representa, genericamente, o direito de comprar o ativo subjacente.

Carteira (de activos; de valores mobiliários; do fundo): conjuntos de bens (valores mobiliários, imóveis ou dinheiro).

Certificados: valores mobiliários que atribuem ao titular o direito a receber em dinheiro o valor de determinado ativo subjacente nas condições fixadas na deliberação de emissão.

CódMVM: Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Contra-ordenação: todo o facto ilícito e censurável que preencha um tipo legal no qual se comine uma coima.

Coima: sanção decorrente de uma prática de contra-ordenação.

Cotação: preço de um valor mobiliário formado no mercado de bolsa a contado e que resulta do encontro da oferta e da procura.

D

Day-trade (negociação diária): expressão usada para designar a compra, num determinado dia, seguida da venda, nesse mesmo dia, dos mesmos valores mobiliários.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Dividendos: montante em dinheiro que os titulares de ações recebem, a título de participação nos lucros das empresas. A sua distribuição (e respectivo pagamento) depende da existência de lucros e da política de distribuição de dividendos seguida por cada sociedade.

E

Emissão: operação pela qual os valores mobiliários são criados e oferecidos aos investidores que os queiram adquirir. A emissão e subscrição são operações que ocorrem no mercado primário.

Ex-direitos: expressão utilizada quando se verifica a negociação de um valor mobiliário, após o destaque de um direito inerente. Por exemplo, a negociação de ações próxima da data de distribuição anual de dividendos, em que os compradores adquirem o valor mobiliário já sem esse direito.

Exercício automático: as opções e os warrants autónomos podem ou não ter exercício automático na maturidade. Ter exercício automático significa que o emitente procede ao pagamento devido ao titular do warrant ou da opção sem que este tenha de manifestar a sua intenção de o exercer.

F

Free-float: proporção do número de ações dispersas e disponíveis para negociação no mercado face à totalidade do capital social admitido à negociação em bolsa.

Fundos de investimento de Organismos de Investimento Colectivo abertos: são fundos cujo número de unidades de participação é fixo, ocorrendo apenas o reembolso na data de liquidação do fundo.

Futuro: contrato de compra ou de venda de um ativo num determinado momento futuro a um preço específico acordado hoje. Os contratos são estandardizados, ou seja, padronizados quanto a quantidades, data de entrega e localização. É um instrumento financeiro derivado.

I

Instrumentos financeiros: a expressão inclui valores mobiliários e instrumentos financeiros derivados (nomeadamente, futuros e opções).

Instituições de Crédito: empresas cuja atividade consiste em receber do público depósitos ou outros fundos reembolsáveis, a fim de os aplicarem por conta própria mediante a concessão de crédito. São instituições de crédito os bancos, as sociedades de investimento e outras empresas que, como tal, sejam qualificadas pela lei.

Intermediário financeiro ou Intermediário organizado: as pessoas ou entidades singulares ou coletivas, públicas ou privadas, legalmente habilitadas a exercer nos mercados de valores mobiliários e de instrumentos financeiros, a título profissional, alguma atividade de intermediação financeira.

Investidores: pessoas e entidades, públicas ou privadas, que, por si mesmas ou através de outras pessoas ou entidades, apliquem, transitória ou duradouramente, em valores mobiliários e em instrumentos financeiros os meios financeiros de que são detentoras. Os investidores podem ser qualificados ou não qualificados.

L

Leilão competitivo: é o modo de colocação de títulos de dívida pública no mercado primário, a cujos lances têm

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

apenas acesso as instituições de crédito e outras entidades de direito público ou privado devidamente autorizadas por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças, ouvido o Banco de Cabo Verde.

Leilão não competitivo: é o modo de colocação de títulos de dívida pública no mercado primário, ao qual têm acesso pessoas coletivas ou singulares, nacionais ou estrangeiras, através de instituições de crédito ou outras entidades autorizadas a exercer actividades de intermediação financeira. Normalmente, o acesso de investidores particulares ao mercado primário de dívida é feito através dos leilões não competitivos. A prática da Direção Geral do Tesouro tem sido a de combinar, em cada colocação, um leilão competitivo com um leilão não competitivo, mas tal não constitui uma obrigação.

Liquidação: concretização de uma operação realizada nos mercados, que consiste na entrega ou colocação dos valores mobiliários à disposição do comprador (liquidação física) e no pagamento ao vendedor do respetivo preço (liquidação financeira).

M

Maturidade: a maturidade ou data de maturidade é o período ou momento durante o qual ou até ao qual o direito contido num determinado instrumento financeiro pode ser exercido ou é válido. O termo utiliza-se não só para referir uma data em concreto (data de maturidade) como um período de tempo, e é usado, por exemplo, para *warrants* autónomos, opções, futuros e obrigações

Mercado a prazo: mercado onde se realizam operações a prazo, nomeadamente futuros, opções, reportes e empréstimos de valores mobiliários, cuja liquidação ocorre num prazo mais longo (na data de vencimento dos contratos).

Mercado de valores mobiliários: o conjunto dos mercados organizados ou controlados pelas autoridades competentes e onde esses valores se transacionam.

Mercado Primário: o mercado de valores mobiliários através do qual as entidades emitentes procedem à emissão desses valores e à sua distribuição originária pelos investidores.

Mercado Secundário: o conjunto de mercados de valores mobiliários organizados para assegurar a compra e venda desses valores depois de distribuídos aos investidores através do mercado primário.

O

Obrigações de cupão zero: são aquelas em que o pagamento dos juros é feito na maturidade, conjuntamente com o reembolso do capital investido, e não durante a vida do empréstimo.

Obrigações do Tesouro: são valores mobiliários escriturais representativos de empréstimos de médio e longo prazo da República de Cabo Verde, denominados em moeda com curso legal em Cabo Verde ou noutra livremente convertível. O seu valor unitário é fixado pela Direção Geral do Tesouro e a sua liquidação física efetua-se através da Central dos Valores Mobiliários, sob a supervisão da AGMVM.

OIC: Organismos de investimento colectivo.

Opção: instrumento financeiro derivado que dá ao seu detentor o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender um determinado ativo, num determinado momento futuro, a um preço acordado hoje.

Operador de Bolsa: o intermediário financeiro autorizado a executar operações de bolsa

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

Ordens: instruções dadas pelos investidores aos intermediários financeiros para realização de operações.

P

Preço de exercício (*strike price*): corresponde, no caso das opções e *warrants* autónomos, ao preço (cotação ou outro referencial que conste das condições do instrumento em causa) ao qual o detentor da opção ou do *warrant* tem o direito de adquirir/alienar o ativo subjacente. Exercer uma opção ou um *warrant* autónomo significa fazer valer, perante o emitente, o direito de comprar ou vender o activo subjacente.

Preço do activo subjacente: a determinação do preço do ativo subjacente é feita de acordo com as indicações contidas na ficha técnica do instrumento financeiro. Normalmente é utilizada uma média de preços formada em mercado ou um preço do ativo subjacente em mercado a contado

Put: o termo é utilizado para referir o direito que está incorporado em determinados instrumentos financeiros, como *warrants* autónomos e opções. Assim se fala em *put warrant* e *put option*. A *put* representa, genericamente, o direito de vender o ativo subjacente.

R

Reembolso e resgate: os dois termos são parecidos: significam que o investidor recebe o valor a que tem direito. Por exemplo, o reembolso de uma obrigação é o pagamento ao investidor do valor a que tem direito a receber. Quando se diz que uma obrigação foi reembolsada, isso significa que foi paga, que o emitente devolveu ao investidor o valor que este tinha inicialmente investido. O termo resgate, apesar de ter também este sentido, é mais aplicado ao ato de exigir à entidade gestora de um fundo de investimento o reembolso do valor das unidades de participação que se detém. (Nos fundos de investimento existe a realidade do reembolso do valor das unidades de participação, em caso de liquidação do fundo).

Reservas: são montantes que ficam retidos na sociedade para utilização futura. Podem ser usados fundamentalmente para cobertura de prejuízos, bem como para incorporação no capital social (através de um aumento de capital por incorporação de reservas).

Risco soberano: Risco inerente à capacidade do Estado liquidar, na íntegra e atempadamente, os seus compromissos. Esse risco depende de variados factores, como sejam o nível da dívida pública, o nível do défice orçamental, a capacidade de gerar receitas e de se financiar nos mercados internacionais, etc. O risco soberano é, muitas vezes, avaliado por agências especializadas de notação de risco.

S

Sociedades abertas: as sociedades que tenham parte ou a totalidade do seu capital disperso pelo público.

Subscrição: é uma forma de aquisição originária de valores mobiliários no mercado primário. Os valores podem ser adquiridos mediante uma operação de compra e venda (por exemplo, em mercado de bolsa) ou diretamente ao emitente (ou a um intermediário financeiro que o represente). Quando os valores são emitidos, a operação pela qual são adquiridos pelo investidor é a subscrição. Quando os valores já existem, não são objecto de subscrição, mas de aquisição.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

T

Taxa Global de Custos (TGC): a percentagem do valor líquido global do fundo de investimento de Organismos de Investimento Colectivo que a soma dos custos suportados pelo fundo representa. Os custos somados são a comissão de gestão, a comissão de depósito, a taxa de supervisão e outros custos operacionais, sendo excluídos os custos de transação.

U

Unidades preferenciais: são unidades de participação de fundos imobiliários abertos ou na sua componente mista, que oneram determinados prédios possuídos pelo fundo, correspondendo cada participação a uma percentagem fixa e invariável do valor de cada prédio.

V

Valores mobiliários: documentos representativos de situações jurídicas homogêneas susceptíveis de negociação em mercado, além de outros que a lei como tal qualifique.

Valores mobiliários condicionados por eventos de crédito: valores mobiliários que atribuem um direito de crédito ao titular, que é condicionado pelos eventos de crédito descritos na deliberação de emissão.

Valores mobiliários convertíveis por opção do emitente: valores mobiliários que, atribuindo um direito de crédito ao titular, permitem ao emitente cumprir a sua obrigação na data de vencimento, nos termos fixados na deliberação de emissão, mediante pagamento em dinheiro do valor nominal do valor mobiliário convertível por opção do emitente ou mediante a entrega de ações ou obrigações ou do seu contravalor em dinheiro.

Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis: valores mobiliários que, atribuindo um direito de crédito ao titular, obrigam o emitente a uma entrega de ações ou obrigações na data de vencimento, nos termos fixados na deliberação de emissão.

Valor nominal: traduz o valor facial do valor mobiliário, ou seja, o valor que aparece impresso no título ou inscrito no registo informático junto do intermediário financeiro.

Vencimento e amortização: os dois termos têm uma característica em comum: referem-se à extinção dos direitos que um valor mobiliário confere. Quando se diz, por exemplo, que uma obrigação chegou ao dia de vencimento ou ao dia de maturidade, isso significa que nessa data o investidor receberá o valor a que tem direito e que a partir desse momento a obrigação desaparece, caduca.

W

Warrants: valores mobiliários que conferem direitos ou deveres relativos a outros valores mobiliários, índices, taxas de juro ou outros instrumentos financeiros.

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

LEGISLAÇÃO RELEVANTE

- Decreto-Legislativo n.º 1/2012, de 27 de Janeiro, conforme sucessivamente alterado (“Código do Mercado de Valores Mobiliários”)
- Lei n.º 51/V/98, de 11 de Maio, conforme sucessivamente alterado, que Cria a Bolsa de Valores de Cabo Verde
- Lei n.º 53/V/98, de 11 de Maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício das atividades de Intermediação em Valores Mobiliários
- Decreto-Lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro, conforme alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2014, que aprova Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo
- Decreto-Lei n.º 59/2009, de 14 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico dos Bilhetes de Tesouro
- Decreto-Lei n.º 60/2009, de 14 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico das obrigações do Tesouro
- Decreto-Lei n.º 58/2013, de 30 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico aplicável aos Valores Mobiliários Escriturais
- Decreto-Lei 2/2014, de 16 de Janeiro, que estabelece os requisitos que as entidades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários devem cumprir
- Decreto-Lei 67/2014, de 16 de Dezembro, que elimina direitos especiais do Estado
- Portaria n.º 48/98, de 14 de Setembro, que autoriza os bancos com estabelecimento em território nacional a exercer a atividade de operador de bolsa
- Regulamento n.º 3/2000, de 27 de Novembro, que regula os registos de Intermediários Financeiros
- Regulamento n.º 1/2005, de 12 de Dezembro, relativo aos Custos de Mercado
- Regulamento n.º 2/2006, de 22 de Janeiro, que altera o Regulamento de Custos de Mercado
- Regulamento da Bolsa de Valores n.º 1/2006, de 18 de Outubro, que regula as receitas e encargos dos Organismos de Investimento Coletivo
- Regulamento n.º 2/2007, de 19 de Dezembro, relativo à tipologia de Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários, técnicas de cobertura de risco, liquidação, fusão
- Regulamento n.º 1/2009 de 1 de Janeiro, que regula os Deveres de Informação
- Regulamento da AGMVM n.º 1/2012, referente à supervisão prudencial
- Regulamento da AGMVM n.º 5/2013, que regula os meios de divulgação da informação
- Regulamento da AGMVM n.º 6/2013, que regula as comunicações de operações sobre valores negociados fora da Bolsa
- Regulamento da AGMVM n.º 7/2013, que regula a dispensa, registo ou aprovação, estrutura e divulgação dos prospectos de ofertas públicas
- Regulamento da AGMVM n.º 2/2015, de 9 de Abril, que desenvolve o regime previsto no Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo

APRESENTAÇÃO	LIÇÕES DO SENHOR NEPOMUCEMO	VALORES MOBILIÁRIOS	OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS	RENDIBILIDADE E RISCO	AGMVM
MERCADOS	INVESTIDORES	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	FUNDOS DE INVESTIMENTO	INFORMAÇÃO E EMITENTES	OFERTAS PÚBLICAS

- Regulamento da AGMVM n.º 3/2015, de 20 de Novembro, regulamento complementar sobre os organismos de investimento coletivo
- Regulamento 1/2016, de 6 de Maio, sobre o Relatório Anual do Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado
- Circular n.º 05/BVC/05, referente à central de custódia e liquidação de valores mobiliários
- Circular n.º 1/BVC/2012, referente ao processo de admissão à cotação de valores mobiliários
- Instrução da Direção Geral do Tesouro n.º 1/2013, sobre a emissão de bilhetes de tesouro
- Instrução da Direção Geral do Tesouro n.º 1/2013, sobre a emissão de obrigações do tesouro
- Portaria n.º 30/2013, de 27 de Maio de 2013, sobre a custódia dos títulos da dívida pública do Estado de Cabo Verde

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

- Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de Abril, que define os princípios orientadores e o quadro normativo de referência do sistema financeiro
- Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de Abril, que regula atividades das instituições financeiras
- Decreto-Legislativo n.º 3/99, de 29 de Março, que aprova o Código das Empresas Comerciais